

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Projeto de pesquisa

Perfil profissional do jornalismo brasileiro

Etapa 1 – Quantos são os jornalistas brasileiros?

Prof. Jacques Mick – PPGSP/UFSC (Coord.)
Prof. Alexandre Bergamo Idargo – PPGSP/UFSC
Prof. Samuel Pantoja Lima – FAC/UnB – Dejour/UFSC

Florianópolis, abril de 2011.

Apresentação e justificativa

Quem quer que se refira aos “jornalistas brasileiros” atualmente recorre a indicadores arbitrários para produzir essa definição: não há fonte de dados, pública ou privada, capaz de estimar, de modo confiável, quantos são os jornalistas que atuam no Brasil.

Os registros profissionais de jornalistas acumulados nas superintendências regionais do trabalho e emprego (SRTs) superam cem mil. Mas nem todos os jornalistas que atuam no país têm registro profissional. E, entre os que constam da relação das SRTs, há um número inestimável de indivíduos que faleceram ou abandonaram o ofício (dados de Guimarães, 2006).

Para a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a corporação tem metade desse volume. A entidade

“estima que o número de jornalistas em exercício aproxime-se da casa dos 50 mil, dos quais 20% desempregados, 20 mil trabalhando em veículos diversos (agências de notícias, jornais, emissoras de rádio e de televisão) e outros 20 mil trabalhando em assessorias de empresas ou em regime precário (*freelancers*, “pejotas” ou filiados a cooperativas), sem registro em carteira profissional” (id., ib., p. 192).

A estimativa parece ter como base os dados reunidos periodicamente pelo Ministério do Trabalho, a partir da Relação de Informações Sociais (RAIS) preenchida obrigatoriamente, ano a ano, pelos empregadores. “Em 1999, por exemplo, havia 19.944 jornalistas com carteira assinada no país” (id., ib., p. 192). Tais dados são visivelmente subdimensionados, como retrato das dimensões da profissão: muitos jornalistas atuam sem registro em carteira e, entre os com carteira assinada, as funções podem não mencionar especificamente o ofício.¹

Tais projeções também podem ser relacionadas com outro dado: o total de sindicalizados nas 31 entidades de base da Fenaj, em 2010, somava 40 mil. A Federação estima contar com taxa de sindicalização superior a 40% da base – o que projetaria o total de jornalistas a cerca de 100 mil.² A Fenaj observa, contudo, que as novas gerações de profissionais têm maior resistência à filiação sindical.

Nas últimas décadas, o número de escolas de jornalismo cresceu continuamente. Em dezembro de 2010, havia quase 400 cursos de jornalismo ou cursos de comunicação social, com habilitação em jornalismo, em instituições de ensino superior no Brasil.³ Com potencial para formar a cada ano milhares de novos jornalistas (com ou sem registro profissional), tal

¹ Jornalistas que trabalham para vereadores, deputados estaduais ou federais e senadores, por exemplo, costumam ser registrados como “assessores parlamentares”.

² Informações fornecidas aos autores pela diretoria da Fenaj. A projeção se baseia em levantamento da Sociedade Brasileira de Pesquisa de Mercado (SBPM) e da empresa Maxpress feito com 304 de 21 mil jornalistas em atividade e publicado pela revista *Imprensa* em dezembro de 2004. <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=372>

³ Dados oficiais, obtidos pelo sistema e-MEC (emec.mec.gov.br), acesso em: 26 nov 2010.

rede de instituições atua de modo reticular, e seus efeitos sobre o mercado de trabalho escapam à capacidade de observação dos sindicatos da categoria e ao alcance da fiscalização do Ministério do Trabalho.⁴

Este projeto pretende, por meio do cruzamento de bases de dados provenientes de fontes variadas, estimar o número de jornalistas em atuação no Brasil.

Calcular com maior precisão o total de jornalistas brasileiros é fundamental para a realização de uma série de outras pesquisas destinadas a traçar um perfil desses profissionais, mapeando onde trabalham, quanto ganham, que funções ocupam, qual sua distribuição regional, por gênero, religião ou etnia e outras informações relevantes para a categoria, para os empregadores, para o movimento sindical e associativo, para a sociedade, para o governo. Os jornalistas são uma categoria profissional estratégica para o estudo dos impactos das transformações no modo de produção capitalista sobre o mercado de trabalho (na era da informação).

Alguns esforços têm sido feitos com objetivos semelhantes, mas a ausência de uma estimativa confiável sobre o número e a distribuição territorial dos jornalistas no país condena todos os estudos em andamento atualmente a basearem-se em amostra aleatória, em geral dependente do interesse do entrevistado em participar do levantamento. Tais escolhas metodológicas conduzem a resultados inevitavelmente enviesados em termos quantitativos – com implicações incontornáveis na qualidade das respostas.

A quantificação da categoria permitirá ainda a realização de pesquisas comparativas entre as realidades do ofício no Brasil e em outros países, como Portugal, Estados Unidos ou França, nos quais estudos sobre o perfil dos jornalistas têm sido feitos com regularidade.⁵

Também contribuirá, com uma diversidade de dados, para a reflexão sobre a composição dos currículos dos cursos de formação de jornalistas no país e para a redefinição das estratégias de controle da distribuição dos cursos no território nacional, em função da demanda por profissionais da área.

⁴ Há cursos de jornalismo até em cidades de pequeno porte, Campo Limpo Paulista (SP, 75 mil habitantes) ou Xaxim (SC, 25 mil habitantes).

⁵ A exemplo de Alcântara da Silva, 2000; Andringa, 2008; Fidalgo, 2004; Garcia; Castro, 1993; Le Bohec, 2000; Lemieux, 2000; Riefel, 1984 e Weaver, 2007.

Problemática e revisão bibliográfica

O desafio de calcular a quantidade de jornalistas em atuação no Brasil encontra um primeiro obstáculo na definição da profissão.

A atuação dos jornalistas no Brasil foi regulamentada pelo Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979. O segundo artigo do decreto define as atividades que configuram o ofício:

A profissão de jornalista compreende, privativamente, o exercício habitual e remunerado de qualquer das seguintes atividades:

I - redação, condensação, titulação, interpretação, correção ou coordenação de matéria a ser divulgada, contenha ou não comentário;

II - comentário ou crônica, por meio de quaisquer veículos de comunicação;

III - entrevista, inquérito ou reportagem, escrita ou falada;

IV - planejamento, organização, direção e eventual execução de serviços técnicos de jornalismo, como os de arquivo, ilustração ou distribuição gráfica de matéria a ser divulgada;

V - planejamento, organização e administração técnica dos serviços de que trata o item I;

VI - ensino de técnicas de jornalismo;

VII - coleta de notícias ou informações e seu preparo para divulgação;

VIII - revisão de originais de matéria jornalística, com vistas à correção redacional e à adequação da linguagem;

IX - organização e conservação de arquivo jornalístico e pesquisa dos respectivos dados para elaboração de notícias;

X - execução da distribuição gráfica de texto, fotografia ou ilustração de caráter jornalístico, para fins de divulgação;

XI - execução de desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico, para fins de divulgação (BRASIL, 1979).

São consideradas empresas jornalísticas, pelo decreto, aquelas que tenham “como atividade a edição de jornal ou revista, ou a distribuição de noticiário” e “a seção ou serviço de empresa de radiodifusão, televisão ou divulgação cinematográfica, ou de agências de publicidade ou de notícias”, que exerçam atividades jornalísticas. O decreto estabeleceu determinações para a contratação de jornalistas, que deveriam ser seguidas também por organismos públicos ou privados não jornalísticos que editem publicação de circulação externa.

O exercício da profissão requer registro no órgão regional do Ministério do Trabalho. Entre as exigências para o registro de jornalista profissional, vigorou, até 2009, diploma de curso de nível superior de jornalismo ou de comunicação social com habilitação em jornalismo. O decreto permitia também o registro especial a três tipos de profissionais: o colaborador (aquele que, mediante remuneração e sem relação de emprego, produz trabalho técnico, científico ou cultural, relacionado com sua especialização, para ser divulgado com o nome e qualificação do autor); o funcionário público em cargo com atribuições legais coincidentes com as da profissão de jornalista; e o provisionado. O registro de colaborador não demandava qualquer espécie de formação. O de provisionado exigia diploma de curso de nível superior ou certificado de ensino de 2º grau, mas só poderia ser concedido mediante

declaração, fornecida pela entidade sindical representativa da categoria, de que não houvesse jornalista associado do sindicato, no mesmo município, disponível para contratação. Por fim, o decreto previu o registro dos diretores de empresas jornalísticas que, não sendo jornalistas, respondessem pelas publicações.

Em síntese, a legislação em vigor oferece quatro possibilidades de registro:

- a) jornalista profissional;
- b) colaborador;
- c) jornalista provisionado;
- d) diretor de empresa jornalística.

Em 17 de junho de 2009, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a exigência do diploma de curso superior em jornalismo para o exercício da profissão, por considerá-la inconstitucional.⁶ A decisão criou um novo ambiente jurídico, legitimando o exercício da profissão por indivíduos sem formação superior específica – prática até então ilegal, embora frequente entre empregadores, jornalísticos ou não. Não foram expressivos, contudo, os novos registros de profissionais sem diploma.⁷

Um estudo que queira calcular o número de jornalistas no país, portanto, não pode se limitar àqueles com registro no Ministério do Trabalho. A estes, devem ser acrescentados dois grupos:

- a) os indivíduos com graduação em jornalismo e sem registro profissional (os quais, aptos para exercer o ofício, podem por qualquer razão ter prescindido de procurar o Ministério do Trabalho); e
- b) os indivíduos sem graduação em jornalismo e sem registro profissional que atuam profissionalmente na área.

A convivência entre profissionais graduados e não graduados (com ou sem registro profissional) pode ser constatada empiricamente em muitos dos espaços de atuação dos jornalistas no país. Não há dados sobre a proporção de cada um dos grupos, embora o expressivo crescimento na oferta de cursos superiores na área nas últimas décadas permita supor que a presença de não-diplomados no mercado seja residual. Não podemos descartar, contudo, a possibilidade de que, em função da decisão do STF, a parcela de jornalistas sem formação tenha sido renovada.

Além disso, transformações recentes na profissão comportam a inclusão, nela, de atividades e tipos de empregadores não previstos na regulamentação. A convergência digital configurou ambientes de atuação que demandam jornalistas multitarefa ou especializados

⁶ A decisão do STF analisou, em última instância, ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal e Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo. A decisão de primeira instância surgiu em janeiro de 2003, na 16ª Vara Cível de São Paulo. O resultado da votação no STF desagradou entidades de defesa dos jornalistas brasileiros e parte da sociedade civil. Atualmente tramitam no Congresso Nacional propostas de emendas constitucionais que restabelecem a exigência de formação superior específica para o exercício do jornalismo.

⁷ Isso talvez possa ser explicado pela combinação de três razões: incerteza administrativa posterior à votação no STF, pois o Ministério do Trabalho e Emprego demorou a emitir orientações sobre o processamento de novos registros; pressão das entidades sindicais, várias delas se recusando a associar profissionais sem formação superior; desinteresse dos profissionais que já atuavam sem diploma e sem registro.

em novas áreas, como infografia, edição não linear, edição e publicação online. O entrelaçamento das linguagens do jornalismo e do entretenimento gerou formas narrativas híbridas, difíceis de caracterizar quanto à identidade profissional.⁸

Ou seja: o jornalismo é uma profissão em transformação, e os critérios que definem o que é ou não jornalismo espelham lutas de poder internas ao campo jornalístico.

Como em vários outros campos da atividade intelectual, no jornalismo o saber profissional encontra-se em permanente disputa. Como afirmam Martino e Barros Filho, nesse campo as lutas simbólicas “têm por objeto principal a própria definição de jornalismo” (2003, p. 108). Nele, o peso e a importância dos discursos dos agentes ligados à academia, embora expressivos na etapa de formação dos jornalistas, progressivamente se deterioram, ao longo da carreira profissional, sob a força esmerilhadora das culturas empresariais. Estas endossam concepções pragmáticas do jornalismo, nas quais as mediações simbólicas mais elevadas – de natureza ética ou filosófica – são substituídas pelas reações automáticas, práticas.

No jornalismo, o saber profissional não tem um cânone. As variadas interpretações sobre o que constitui a identidade dessa profissão se confrontam de maneira desigual no *locus* do trabalho. Nele, se cristaliza uma experiência caracterizada pela repetição, mais que pela reflexão ou pela diferença. “O conjunto de procedimentos que constituem a produção jornalística se converte, para os próprios jornalistas observadores de suas múltiplas ações, numa rotina, com aspectos repetitivos, característicos de uma socialização intensa” (MARTINO; BARROS FILHO, 2003, p. 111).

O mapeamento da distribuição desses profissionais no território nacional e por tipo de atividade pode contribuir com a formulação de hipóteses para uma nova etapa desta pesquisa, destinada a traçar o perfil do jornalista brasileiro, a partir de pesquisa quali-quantitativa, por amostragem. Dentre os muitos aspectos-chave para a composição atual dessa identidade profissional a respeito dos quais esta primeira etapa pode reunir dados relevantes, destacam-se os seguintes:

- a) **a juvenilização da profissão:** dados da RAIS citados por Guimarães (2006) indicavam que em 2001 a faixa etária com maior número de jornalistas com registro em carteira sob a denominação do ofício era a de 30 a 39 anos (33,94%); no decorrer dessa década, a entrada no mercado de trabalho de jovens jornalistas recém-egressos de cursos superiores provavelmente alterou essa distribuição, no sentido de um incremento na participação de profissionais na faixa de 20 a 29 anos;
- b) **a feminização da profissão:** com base nos mesmos dados, Guimarães (2006) apontou um crescimento na participação de mulheres entre os jornalistas de 35,24% em 1986 para 43,59% em 1999; a tendência se manteve na década seguinte, como se pode constatar pelo contato com as turmas de cursos de jornalismo (predominantemente

⁸ Um ator que apresenta semanalmente, no Fantástico, um quadro baseado em informações de cuja apuração ele participa exerce ou não atividade jornalística? Um jornalista que apresenta os gols da rodada embrulhados em piadas, gracinhas e trucagens de edição é um humorista?

femininas) ou com locais de trabalho, midiáticos ou não, em que a presença de mulheres é crescente;

- c) **a distribuição da categoria na mídia ou fora dela:** a avaliação de que metade dos jornalistas trabalha em meios de comunicação soa improvável, dado que o ingresso no mercado de expressivo contingente de profissionais formados nos cursos superiores da área não parece ter sido acompanhado de uma expansão proporcional na oferta de empregos na mídia; o mais provável é que atualmente empresas não-jornalísticas ou de assessoria de imprensa ou comunicação sejam responsáveis pela ocupação da maior parte da categoria no país;
- d) **a vigência do duplo emprego:** prática comum até o início dos anos 1980, a combinação de um emprego na mídia com outro em assessoria de imprensa ou em empresa pública ou privada foi tema de amplo debate ético na categoria nas décadas seguintes; alguns veículos de comunicação decidiram coibir a prática, impedindo seus jornalistas de terem outro emprego envolvendo atividades do ofício; isso, contudo, não eliminou a prática, de inegáveis implicações éticas. Com este projeto, será possível comparar a estimativa de número de profissionais com o volume de postos de trabalho ocupados por jornalistas no país atualmente.

Pesquisas sobre as transformações no perfil dos jornalistas brasileiros se multiplicaram nas últimas décadas. Nenhuma delas logrou adotar metodologia de amostragem que permitisse a generalização de seus resultados para toda a categoria, mas muitos estudos quantitativos investigaram segmentos profissionais, como os jornalistas que atuam na mídia paulistana ou os que fazem jornais, revistas ou telejornais específicos. O conjunto desses estudos constitui um caleidoscópio dos fatores que influenciam a atual reconfiguração da profissão.

Os pesquisadores que tentam conhecer as características do conjunto dos jornalistas que atuam no Brasil esbarram no obstáculo incontornável da ausência de dados confiáveis sobre as dimensões dessa população, a partir dos quais possam ser fixados critérios para pesquisas por amostragem. Assim, as pesquisas quantitativas que, nos últimos dez anos, tomaram essa categoria por objeto acabaram por cometer equívocos básicos de inferência estatística:

- a) algumas desejaram generalizar, para o conjunto dos jornalistas, resultados obtidos por amostragens inteiramente aleatórias;
- b) outras delimitaram as investigações a parâmetros específicos dessa população (traçando o perfil de segmentos tais como sindicalizados, detentores de registro profissional, empregados de um setor da economia ou de uma grande empresa de conteúdo jornalístico, por exemplo), extraíndo daí generalizações que talvez não se apliquem ao conjunto da categoria;⁹
- c) nos casos em que a pesquisa se baseava em um segmento quantificável da categoria, nem sempre os levantamentos adotaram os cuidados estatísticos indispensáveis à articulação população-amostragem; em geral, não há qualquer estratificação da amostragem, de modo a garantir sua representatividade;
- d) frequentemente, todos os tipos de estudos quantitativos sustentaram algumas de suas conclusões em dados meramente casuais, derivados das características da amostra, não

⁹ É o caso dos estudos de Herscovitz (2000; 2011).

necessariamente representando as propriedades dessa população (sem a adoção de testes de hipóteses ou significância).

Como afirma Barbetta (2011, p. 24), “não é possível obter boas informações de dados que foram coletados de forma inadequada”.¹⁰

À parte os problemas derivados da incerteza quanto às dimensões da população, as pesquisas quantitativas, assim como as inúmeras investigações qualitativas realizadas no período, apontam para um conjunto de temas altamente relevantes: poucas profissões sofreram tantas metamorfoses, em vinte anos, como a dos jornalistas brasileiros. Transformações estruturais do capitalismo combinaram-se à política de expansão do ensino superior, à redemocratização do país e a mudanças na regulamentação profissional e produziram um ambiente em que se reconfiguraram inteiramente as possibilidades de atuação dos jornalistas – e em que, a julgar por indícios disponíveis, as dimensões da categoria se expandiram exponencialmente.

As investigações mais recentes têm estimulado novas percepções sobre a identidade profissional dos jornalistas, permitindo a revisão de teses sobre a categoria formuladas nas décadas anteriores. No início dos anos 1990, o estudo de Travancas com profissionais de imprensa, rádio e televisão apontara o papel central da profissão na vida e na identidade dos jornalistas. Ao aderirem ao jornalismo, esses indivíduos aceitariam sacrificar outras relações sociais, como as familiares e de parentesco (Travancas, 1993). O estudo de Abreu (2002) caracterizou os jornalistas que trabalhavam em postos estratégicos da imprensa brasileira até os anos 1970 como dotados de envolvimento político e ideológico, agindo em função de valores e utopias, tais como os intelectuais. A partir da expansão do alcance midiático e da redefinição dos conteúdos e processos produtivos, no contexto da redemocratização, os jornalistas teriam abandonado o romantismo e a ideologia, e tenderiam a se reconhecer como *experts* em uma atividade profissional assalariada semelhante a outras.

Estudos de Fonseca (2008a; 2008b; Fonseca; Kuhn, 2009), sob a perspectiva da economia política da comunicação, analisaram transformações no perfil da categoria decorrentes da transição do regime de produção taylorista-fordista para o pós-fordista, típico da etapa contemporânea do capitalismo. Interessada em investigar a autopercepção dos jornalistas sobre seu papel social, a autora também parte do pressuposto de que “está em curso uma

¹⁰ Um exemplo é a pesquisa coordenada por Figaro (2010) junto a profissionais afiliados ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, com o apoio da entidade. O sindicato tinha 4,9 mil associados em 2009; a equipe de pesquisa optou por enviar convite por email para os 2.954 associados do Sindicato de São Paulo cujos endereços eletrônicos estavam identificados nos cadastros da entidade, para que participassem do levantamento. Foram consideradas as respostas de 340 jornalistas. O critério é duplamente problemático: descartou da base quase 2 mil outros associados à entidade, em função de cadastro desatualizado; e admitiu a possibilidade de generalizar resultados a partir de um conjunto aleatório de respostas, sem relação com a estratificação provável do segmento da categoria. Como resultado, mesmo consciente de que a categoria é predominantemente jovem e feminina, como demonstram vários indicadores, a pesquisa constatou que os questionários foram preenchidos por 57% de homens; 62,7% acima de 40 anos; 36% formados havia mais de 20 anos. Esse corpus corresponde somente a uma amostra de antigos militantes da entidade, interessados em contribuir com uma iniciativa do sindicato; provavelmente não reflete sequer o conjunto de sindicalizados (o relatório de pesquisa não informa a distribuição da população por sexo, idade ou formação), tampouco a categoria.

mudança de perfil, de valores, de identidade e de representação do jornalismo e do jornalista na sociedade, e que essas mudanças estão relacionadas a movimentos mais amplos de reestruturação social, condicionados pelo desenvolvimento das tecnologias e pela expansão do capital” (Fonseca; Kuhn, 2009, p. 63). Fonseca costuma destacar que, atualmente, os profissionais são pressionados a acumular funções, no processo cristalizado na imagem do jornalista multimídia; devem subordinar-se à aceleração do tempo entre o procedimento de apuração e a produção do relato (tanto em mídias tradicionais, quanto online) e ao controle cada vez mais rigoroso dos prazos industriais de fechamento; e têm intensificada a exploração de sua jornada de trabalho. A autora acredita que a expansão na oferta de cursos superiores na área provocou uma inflação no número de profissionais no mercado, produzindo aumento da concorrência e desagregação da categoria, com a fragilização dos sindicatos.

Diversos estudos destinaram-se detalhes dessas transformações. Alguns voltaram-se a compreender os impactos sobre a profissão das alterações nas estruturas de propriedade da mídia – notadamente, concentração e subordinação das empresas jornalísticas a conglomerados com múltiplos interesses. Fonseca (2008b) analisou o trabalho nas mídias do Grupo RBS, em especial o diário Zero Hora. Mick (2011) estudou os efeitos da concentração de propriedade sobre o *habitus* profissional dos jornalistas, a partir de um caso da imprensa catarinense. Outros estudos buscaram entender as alterações no ofício produzidas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, como o de Baldessar (2003). Um amplo estudo recente, realizado sob os auspícios do IPEA, indica alguns tópicos para o estudo dos efeitos, sobre a profissão, da multiplicação dos cursos superiores de formação de jornalistas (Castro; Melo; Castro, 2010, em 3 vol.).

Em artigo publicado num desses volumes, Franciscato et al. (2010) observaram que, até o final dos anos 1980, o país tinha apenas 100 cursos de graduação em Comunicação Social, divididos entre as diversas habilitações da área e fortemente concentrados em São Paulo e Rio de Janeiro. “E, claro, muitos estados não tinham sequer uma escola de formação universitária na área até o início da década de 1990” (Franciscato et al., 2010, p. 103). As políticas de expansão do ensino superior no país desenvolvidas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, com estratégias distintas, alteraram radicalmente essa distribuição, nas duas décadas seguintes. “Em 2010, o Brasil possui números bem diferentes. Com 190 milhões de habitantes, cerca de 85% residindo na área urbana, o País tem hoje cerca de 1.300 escolas superiores em Comunicação Social, com mais de 400 cursos na habilitação Jornalismo” (id., ib., p. 105). Os autores, vinculados ao Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, estimaram em 60 mil o número de estudantes matriculados nesses cursos em 2010.

Os autores afirmam – sem apresentar dados – que a expansão no número de cursos de graduação em Jornalismo ocorreu em paralelo à redução no número de postos de trabalho nos meios tradicionais de informação, em função da informatização. Por outro lado, abriu novos espaços para a atuação dos jornalistas como professores: “de uma estimativa de 1.500 docentes que, em 1990, atuavam nos então cursos de Jornalismo existentes no País,

passa-se, em 2010, para um número estimado em 6.000 professores que trabalham nas escolas nesta área de formação universitária” (id., ib.).¹¹

Objetivos

Objetivos gerais:

- a) Estimar o número de jornalistas em atuação no Brasil no final de 2009;
- b) Estimar a distribuição territorial dos jornalistas por estado da federação;
- c) Identificar a distribuição dos jornalistas por funções na profissão;
- d) Formular hipóteses derivadas dessa comparação, para alimentar a segunda etapa deste projeto de pesquisa, destinada a traçar o perfil contemporâneo da categoria.¹²

Objetivos específicos:

A partir da comparação dos dados sobre o volume e a distribuição territorial dos jornalistas brasileiros disponíveis em bases montadas a partir de informações do Ministério do Trabalho; da Federação Nacional dos Jornalistas e seus sindicatos; das escolas de jornalismo e de comunicação social com habilitação em jornalismo; dos empregadores, públicos e privados, de jornalistas pretende-se:

- a) Estimar a taxa de sindicalização dos jornalistas, em relação ao total da categoria;
- b) Estimar a divisão da categoria por gênero;
- c) Estimar o impacto dos cursos superiores de jornalismo sobre a composição do mercado de trabalho e a variação desse efeito ano a ano;
- d) Estimar a relação entre o número de profissionais com formação superior e sem formação superior;
- e) Comparar a distribuição dos empregos no país e a distribuição dos cursos de jornalismo, aferindo também indicadores relativos à mobilidade desses profissionais no território nacional em busca de trabalho;
- f) Estimar a relação entre os índices de sindicalização, formação superior e registro profissional;
- g) Identificar semelhanças e diferenças, por região e por unidade da federação, entre os indicadores relativos aos itens anteriores.

¹¹ “As variadas formas e relações de trabalho em IES de diferentes regiões e estados do Brasil dificultam inclusive o mapeamento das condições de ensino e trabalho, por parte dos professores. Tais variações vão desde a condição de professor horista (que tem contrato de remuneração apenas pela hora do tempo físico, direta, em que ministra aula) à de docentes que se dedicam, em tempo integral, às referidas IES, atuando em variadas ações que envolvem o ensino superior (da graduação à pós-graduação). No intervalo entre as duas condições, há professores em tempo parcial apenas para aula, em tempo parcial com dedicação para aula e atividades de pesquisa ou extensão. Além daqueles com tempo de 30 ou 40 horas, dividido entre atividades de ensino, pesquisa ou extensão”. (Franciscato et al., 2010, p. 106).

¹² Objeto de novo projeto de pesquisa, a próxima etapa deverá ser efetivada a partir da combinação de técnicas quali-quantitativas baseadas em amostragem, nos grupos constituídos em diversas das bases elaboradas durante a primeira etapa.

Metodologia

Em função de sua dispersão territorial e da diversidade das funções que podem ocupar atualmente, os jornalistas parecem constituir uma população-alvo inacessível (exceto por levantamentos censitários, excessivamente custosos para serem viáveis). Contudo, é provável que os elementos acessíveis dessa população, em função dos indícios de concentração territorial dos jornalistas nas metrópoles, constituam maioria expressiva, a ponto de reduzir os riscos relacionados à generalização dos resultados.¹³

Com o objetivo de estimar o número e a distribuição dos jornalistas atuantes no Brasil, este projeto cruzará informações provenientes de cinco bases de dados, assim constituídas:¹⁴

- a) **Base 1 – Egressos de cursos de jornalismo do país:** formada a partir de informações obtidas junto às coordenações de todos os cursos de jornalismo e de comunicação social com habilitação em jornalismo no país, comportará as listas anuais de egressos a partir de 1979;
- b) **Base 2 – Jornalistas registrados pelo Ministério do Trabalho:** formada a partir de relação já fornecida pelo Ministério do Trabalho com todos os profissionais da área registrados no país, será complementada com dados obtidos diretamente junto às SRTs que não forneceram seus dados ao MTE e comportará os jornalistas profissionais e provisionados, diretores de jornais e colaboradores com registro efetivado desde 1979;
- c) **Base 3 – Jornalistas sindicalizados:** formada a partir de relações fornecidas pelos 31 sindicatos da categoria no país, comportará os profissionais sindicalizados;
- d) **Base 4 – Jornalistas em atuação em empresas jornalísticas e não-jornalísticas:** formada a partir de informações fornecidas pelas empresas cadastradas no “Panorama Brasileiro da Comunicação” (IPEA/Socicom, 2010), na Associação Nacional dos Jornais (ANJ), na Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert), na Associação Brasileira de Agências de Comunicação (Abracom), no Sindicato Nacional das Empresas de Comunicação (Sinco), na Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje); pelas 500 maiores empresas privadas e públicas do país; pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nas esferas federal, estaduais e municipais;
- e) **Base 5 – Jornalistas com atuação identificada pela RAIS:** formada pelo Ministério do Trabalho a partir de dados fornecidos anualmente pelas empresas públicas e privadas sobre os profissionais da área, comportará as informações sobre os jornalistas profissionais que atuam com registro em carteira de trabalho enquadrado na família de atividades 2611 do Código Brasileiro de Ocupação.

Os dados alimentarão bases programadas em Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), com variáveis idênticas, para viabilizar o cruzamento.

¹³ “População-alvo é o conjunto de elementos que queremos abranger em nosso estudo. São os elementos para os quais desejamos que as conclusões oriundas da pesquisa sejam válidas. (...) População acessível, ou simplesmente população, é o conjunto de elementos que queremos abranger em nosso estudo e que são passíveis de serem observados, com respeito às características (variáveis) que pretendemos levantar” (Barbetta, 2011, p. 27).

¹⁴ É possível que os resultados da pesquisa por amostragem probabilística, integrante do Censo 2010 do IBGE, tragam novos dados sobre as dimensões da categoria, mas eles só serão divulgados a partir de 2012.

Serão colhidas informações sobre a formação e o registro profissional e sindical de jornalistas desde 1979, data do início da vigência da regulamentação profissional em vigor. As informações sobre a distribuição dos empregos irão se referir ao período de realização das entrevistas (2011) e contemplarão o detalhamento das funções.

Posteriormente, pesquisas por amostragem, em cada base de dados, permitirão identificar o número de profissionais em exercício no Brasil, em exercício no exterior, aposentados, falecidos ou afastados da profissão.

Os procedimentos para a constituição de cada base são detalhados a seguir:

- a) **Base 1 – Egressos de cursos de jornalismo do país:** busca e tratamento de dados sobre os cursos de jornalismo e comunicação com habilitação em jornalismo no sistema e-MEC; identificação dos coordenadores de cada curso por meio de pesquisa em internet e por telefone, a partir dos dados do e-MEC; busca de listas de egressos nos sites de cada curso na internet; contato com cada coordenador, por telefone e/ou internet, para solicitar a colaboração com a pesquisa, remeter o questionário e obter as informações; alimentação e análise dos dados;
- b) **Base 2 – Jornalistas registrados pelo Ministério do Trabalho:** contato com o Ministério do Trabalho para atualização de relação de profissionais com registro já fornecida à Fenaj; identificação de lacunas nos dados (relativas a unidades da federação que não tenham informado seus registros); contato com as SRTs para obtenção das informações complementares; filtragem dos dados por ano, descartando-se os registros anteriores a 1979 e eliminando duplicidades; alimentação e análise dos dados;
- c) **Base 3 – Jornalistas sindicalizados:** obtenção, junto à Fenaj, da relação e dos contatos com os 31 sindicatos da categoria no país; contato com cada entidade, para solicitação das listas de filiados em meio eletrônico; deslocamento de bolsista para os sindicatos que não dispõem de controle de filiados em meio eletrônico, para alimentação dos dados; tabulação e análise dos dados;
- d) **Base 4 – Jornalistas em atuação em empresas jornalísticas e não-jornalísticas:** composição de base cadastral dos principais empregadores de jornalistas no país, formada a partir de informações fornecidas pelas empresas cadastradas no “Panorama Brasileiro da Comunicação” (IPEA/Socicom, 2010), na Associação Nacional dos Jornais (ANJ), na Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert), na Associação Brasileira de Agências de Comunicação (Abracom), no Sindicato Nacional das Empresas de Comunicação (Sinco), na Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje); pelas 500 maiores empresas privadas e públicas do país; pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nas esferas federal, estaduais e municipais; agrupamento das empresas de comunicação por grupo de mídia (para obtenção de dados agregados, quando possível); contato por internet e/ou telefone com cada um desses empregadores (estimam-se 25 mil contatos) para solicitar a colaboração com a pesquisa, remeter o questionário e obter as informações; alimentação e análise dos dados;

- e) **Base 5 – Jornalistas com atuação identificada pela RAIS:** acesso eletrônico às bases de dados relativas à RAIS desde 1986; coleta e informações sobre a família de atividades 2611 do Código Brasileiro de Ocupação; alimentação e análise dos dados.

Na definição de uma população, o primeiro desafio é definir os elementos que a compõem. No Brasil, nos dias em que este projeto foi escrito, as incertezas quanto à regulamentação da profissão impediam que qualquer determinação legal fosse levada em conta nessa definição: atuavam em inúmeras funções jornalísticas profissionais com e sem registro junto ao Ministério do Trabalho. O acesso ao trabalho jornalístico, portanto, era em tese permitido a qualquer um.

Isso não quer dizer que, apenas por produto de vontade, qualquer indivíduo pode se autodeclarar jornalista e encontrar legitimidade para tanto. As exigências da regulamentação, vigentes até 2009, combinadas às características do campo jornalístico no Brasil, parecem indicar que, se quiser ser considerado jornalista, o profissional deve diplomar-se em um curso superior na área ou obter acesso a alguma função jornalística socialmente reconhecida (por um empregador ou mesmo por um conjunto de leitores/receptores).¹⁵

¹⁵ Assim, entendemos que compõem a população dos jornalistas brasileiros os indivíduos que, tendo nascido no Brasil: a) se autodeclararam jornalistas; e b) são capazes de sustentar a autodeclaração por meio de algum dos vínculos que legitimam, socialmente, o acesso à profissão – ter concluído ou frequentado um curso superior na área ou trabalhar (ter trabalhado) em função jornalística (midiática ou não). Por tal definição, um indivíduo que se autodeclara jornalista, mas não tem curso superior na área nem qualquer experiência de trabalho em função jornalística não pode sustentar a autodeclaração: não pode ser considerado jornalista. Contudo, tal conceito de jornalista, de dimensão qualitativa, só poderá ser aplicado na segunda etapa da pesquisa; na etapa atual, as diversas identidades denominadas pela profissão serão consideradas por igual.

Equipe e rede de pesquisa

Uma pesquisa dessa magnitude demanda abordagens teóricas interdisciplinares, articulações interinstitucionais e equipes com múltiplas capacitações. Coordenado por professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, este projeto conta com a participação de docentes do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC e da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, estando aberto à cooperação com pesquisadores de outras instituições de ensino, públicas ou privadas.

O apoio institucional à realização da pesquisa será essencial para facilitar o acesso às fontes de dados. Nesse sentido, o projeto conta com o apoio formal da Federação Nacional dos Jornalistas, por meio de protocolo de cooperação com o PPGSP/UFSC. Com a cooperação da Fenaj, pretende-se firmar instrumentos semelhantes com a Associação Nacional dos Jornais (ANJ), a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert), a Associação Brasileira de Agências de Comunicação (Abracom), o Sindicato Nacional das Empresas de Comunicação (Sinco) e a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje). O apoio das entidades científicas vinculadas ao campo da comunicação também será perseguido, notadamente: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (Socicom).

A equipe de pesquisadores será assim constituída, por base de dados:

- a) Base 1 – Egressos de cursos de jornalismo do país:
Coordenação: Prof. Jacques Mick (PPGSP/UFSC)
Equipe: Dez bolsistas de iniciação científica, voluntários ou vinculados a disciplinas de prática de pesquisa
- b) Base 2 – Jornalistas registrados pelo Ministério do Trabalho:
Coordenação: Prof. Samuel Pantoja Lima (FAC/UnB; Dejour/UFSC)
Equipe: Um bolsista de iniciação científica, voluntário ou vinculado a disciplinas de prática de pesquisa
- c) Base 3 – Jornalistas sindicalizados:
Coordenação: Prof. Jacques Mick (PPGSP/UFSC)
Equipe: Dois bolsistas de iniciação científica, voluntários ou vinculados a disciplinas de prática de pesquisa
- d) Base 4 – Jornalistas em atuação em empresas jornalísticas e não-jornalísticas:
Coordenação: Prof. Alexandre Bergamo Idargo (PPGSP/UFSC) e Prof. Jacques Mick (PPGSP/UFSC)
Equipe: 15 bolsistas de iniciação científica, voluntários ou vinculados a disciplinas de prática de pesquisa

- e) Base 5 – Jornalistas com atuação identificada pela RAIS:
Coordenação: Prof. Samuel Pantoja Lima (FACOM/UnB)
Equipe: Um bolsista de iniciação científica, voluntário ou vinculado a disciplinas de prática de pesquisa

Os coordenadores de cada base irão compor a equipe de coordenação-geral da pesquisa.

A programação e os ajustes nas bases de dados serão feitos por bolsista da equipe, sob a supervisão de especialistas em SPSS do Núcleo Interdisciplinar em Políticas Públicas (NIPP) do PPGSP/UFSC.

A coleta de informações será feita via internet e por telefone, utilizando infraestrutura cedida pela direção do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) e pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) da UFSC.

Orçamento

As universidades federais envolvidas honrarão a maior parte dos custos da pesquisa, notadamente:

- a) o tempo de trabalho dos professores envolvidos;
- b) os custos de comunicação com as fontes de dados;
- c) a infraestrutura para processamento das informações;
- d) as despesas de custeio da pesquisa e suporte à atuação de professores, bolsistas e voluntários.

Custos com deslocamento e hospedagem de pesquisadores para alimentação dos dados relativos às entidades sindicais que não dispõem de bases cadastrais em meio digital serão financiados pela Fenaj. A Federação também honrará despesas com viagens para a apresentação da proposta de pesquisa a outras associações e instituições com vínculos com a categoria.

A realização da pesquisa no cronograma proposto a seguir se tornará mais segura com a contratação de dez bolsistas, durante um ano. Ao custo de R\$ 550,00 mensais por bolsista, o investimento total nesse item será de R\$ 66.000,00, a serem obtidos junto a patrocinadores institucionais do projeto, com apoio da Fenaj.

Subsidiariamente, os professores concorrerão a bolsas de iniciação científica (disponíveis em número infelizmente inferior ao necessário para a realização do levantamento no prazo aqui previsto).

Cronograma

Preparação do trabalho de campo e infraestrutura das bases de dados												
Item	Meses 1/2	Meses 3/4	Meses 5/6	Meses 7/8	Meses 9/10	Meses 11/12	Meses 13/14	Meses 15/16	Meses 17/18	Meses 19/20	Meses 21/22	Meses 23/24
Concepção das categorias e variáveis-chave em cada uma das bases	X											
Programação preliminar dos sistemas de cada base	X	X										
Detalhamento dos roteiros de pesquisa por base		X										
Capacitação de bolsistas e coordenadores em SPSS e nos procedimentos de pesquisa	X	X										
Alimentação dos dados			X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Ajustes nos sistemas				X	X							
Programação de cruzamentos entre as bases			X									
Testes dos cruzamentos					X							
Produção de relatório											X	X
Base 1 – Egressos de cursos de jornalismo do país												
Item	Meses 1/2	Meses 3/4	Meses 5/6	Meses 7/8	Meses 9/10	Meses 11/12	Meses 13/14	Meses 15/16	Meses 17/18	Meses 19/20	Meses 21/22	Meses 23/24
Identificação dos cursos	X											
Solicitação das informações		X	X	X	X	X	X					
Alimentação das respostas			X	X	X	X	X	X				
Análise dos dados							X	X				
Produção de relatório								X	X			
Base 2 – Jornalistas registrados pelo Ministério do Trabalho												
Item	Meses 1/2	Meses 3/4	Meses 5/6	Meses 7/8	Meses 9/10	Meses 11/12	Meses 13/14	Meses 15/16	Meses 17/18	Meses 19/20	Meses 21/22	Meses 23/24
Atualização dos dados junto ao Ministério	X	X										
Análise e filtragem desses dados		X										
Solicitação de informações complementares a SRTs			X	X								
Alimentação dos novos dados			X	X	X							
Análise dos dados				X	X	X						
Produção de relatório					X	X						
Base 3 – Jornalistas sindicalizados												
Item	Meses 1/2	Meses 3/4	Meses 5/6	Meses 7/8	Meses 9/10	Meses 11/12	Meses 13/14	Meses 15/16	Meses 17/18	Meses 19/20	Meses 21/22	Meses 23/24
Solicitação das informações aos sindicatos	X	X	X	X								
Alimentação dos dados	X	X	X	X	X	X	X	X				
Filtragem dos dados					X	X	X					
Análise dos dados						X	X	X				
Produção de relatório							X	X				

Base 4 – Jornalistas em atuação em empresas jornalísticas e não-jornalísticas												
Item	Meses 1/2	Meses 3/4	Meses 5/6	Meses 7/8	Meses 9/10	Meses 11/12	Meses 13/14	Meses 15/16	Meses 17/18	Meses 19/20	Meses 21/22	Meses 23/24
Identificação dos empregadores	X	X	X	X								
Solicitação das informações		X	X	X	X	X	X	X				
Alimentação dos dados		X	X	X	X	X	X	X				
Filtragem dos dados					X	X	X	X				
Análise dos dados						X	X	X	X	X		
Produção de relatório								X	X	X		

Base 5 – Jornalistas com atuação identificada pela RAIS												
Item	Meses 1/2	Meses 3/4	Meses 5/6	Meses 7/8	Meses 9/10	Meses 11/12	Meses 13/14	Meses 15/16	Meses 17/18	Meses 19/20	Meses 21/22	Meses 23/24
Busca de informações na base de dados da RAIS online	X	X										
Alimentação dos dados		X										
Análise dos dados		X	X									
Produção de relatório			X									

Cruzamento e síntese dos dados												
Item	Meses 1/2	Meses 3/4	Meses 5/6	Meses 7/8	Meses 9/10	Meses 11/12	Meses 13/14	Meses 15/16	Meses 17/18	Meses 19/20	Meses 21/22	Meses 23/24
Revisão bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Problematização do objeto			X	X	X	X	X	X	X	X		
Cruzamento entre bases 2 e 5							X					
Cruzamento entre bases 2 e 3									X			
Cruzamento entre bases 3 e 5									X			
Cruzamento entre bases 1 e 2										X		
Cruzamento entre bases 1 e 3										X		
Cruzamento entre bases 1 e 5										X		
Cruzamento entre bases 1 e 4											X	
Cruzamento entre bases 2 e 4											X	
Cruzamento entre bases 3 e 4											X	
Cruzamento entre bases 4 e 5											X	
Cruzamentos no conjunto de bases											X	X
Revisão dos relatórios de cada base			X			X		X	X	X		
Produção de relatórios parciais dos cruzamentos							X	X	X	X	X	X
Análise global dos dados											X	X
Produção de relatório final												X

Referências

- ABREU, Alzira Alves. **A modernização da imprensa: 1970-2000**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- ABREU, Alzira Alves. De românticos a profissionais. **Antropolítica**. Niterói, nº 5, 2º sem. 1998, p. 7-19.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. A identidade jornalística no Brasil: algumas questões teóricas e metodológicas. **e-Compós** (Revista eletrônica da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e Informação). N. 1, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/e-compos>>. Acesso em: 01/04/2011.
- ALCÂNTARA DA SILVA, Pedro. **Jornalistas portugueses: elementos sociográficos**. Biblioteca online de Ciências da Comunicação, 2000. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/esp/autor.php?codautor=561>. Acesso em: 01/04/2011.
- ANDRINGA, Diana. Jornalismo: uma profissão em mudança. **Anais do VI Congresso Português de Sociologia**. Lisboa, 2008.
- AROSO, Inês Mendes Moreira. **A Internet e o novo papel do jornalista**. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 01/04/2011.
- BALDESSAR, Maria José. **A mudança anunciada: o cotidiano dos jornalistas com o computador na redação**. Florianópolis: Insular, 2003.
- BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 7. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.
- BARROS FILHO, Clóvis; MARTINO, Luís Mauro Sá. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.
- CASTRO, D.; MELO, J. M. de; CASTRO, C. (org.). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. Brasília: Ipea, 2010. 3 v.
- FIDALGO, Joaquim. Jornalistas: um perfil socioprofissional em mudança. **Comunicação e Sociedade**. Vol. 5. Aveiro, 2004, p. 63-74.
- FIGARO, R. (coord.) **As mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas**. Grupo de Pesquisa Comunicação e Trabalho CNPq/ECA-USP. São Paulo: Fapesp, 2010. (Relatório de pesquisa). Disponível em <http://www.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/wp/index.php/pesquisas/2008-2010/>. Acesso em: 01/04/2011.
- FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira; KUHN, Wesley. Jornalista contemporâneo: apontamentos para discutir a identidade profissional. **Intexto**. Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 21, p. 57-69, jul-dez 2009.
- FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. Questões sobre a identidade do jornalista contemporâneo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis: Edufsc; Insular, Ano V, n. 2, pp. 129-140, jul-dez 2008a.
- FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. **Indústria de notícias**. Capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008b.
- FRANCISCATO, C. E.; SPENTHOF, E.; TONUS, M.; GADINI, S. L.. A produção do conhecimento no campo do Jornalismo. In: CASTRO, D.; MELO, J. M. de; CASTRO, C. (org.). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. V. 2. Brasília: Ipea, 2010, p. 99-116.
- GARCIA, José Luís; CASTRO, José. Os jornalistas portugueses. Da recomposição social aos processos de legitimação profissional. **Sociologia-Problemas e Práticas**. Lisboa: CIES, nº13, p. 102, 1993.

GUIMARÃES, Manoel Marcos. Sociologia do jornalismo: o caso Brasil. In: NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006, p. 185-194.

HERSCOVITZ, Heloiza. **Jornalistas brasileiros no século XXI, visões sobre a profissão**. Fenaj, disponível em http://www.fenaj.org.br/arquivos/resultados_enquete_com_jornalistas_brasileiros.doc . Acesso em 05/02/2011.

HERSCOVITZ, Heloiza. Jornalistas de São Paulo: quem são e o que pensam em comparação aos jornalistas americanos e franceses. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. Vol. XXIII, n. 2, jul/dez. 2000

LE BOHEC, Jacques. **Les mythes professionnels des journalistes**. Paris : L'harmattan, 2000.

LEMIEUX, Cyril. **Mauvaise presse: une sociologie compréhensive du travail journalistique et de ses critiques**. Paris: Métailié, 2000.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hackers Editora, 2000.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista: o desafio das tecnologias e o fim das ilusões**. São Paulo: Paulus, 2010a.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria**. São Paulo: Paulus, 2010b.

MICK, Jacques. **A conformação dos críticos**. A concentração de propriedade na mídia e o trabalho dos jornalistas de A Notícia sob o comando da RBS (2006-2008). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. (Relatório de pesquisa.)

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

PEREIRA, Fábio Henrique. **A elite dos jornalistas brasileiros: representatividade e legitimidade dentro do grupo profissional**. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt> > Acesso em: 01/04/2011.

RIEFEL, Rémy. **L'élite des journalistes**. Paris: PUF, 1984.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1993.

WEAVER, David. **The American Journalist in the 21st Century: U.S. News People at the dawn of a new millennium**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2007.